

Do Espetáculo da Natureza à Natureza do Espetáculo: Boticários no Brasil Setecentista*

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná

Início contando um pouco do percurso seguido neste trabalho, cuja temática centrava-se inicialmente nas boticas e nos boticários setecentistas. Meu grande objetivo: escrever uma história dos começos da farmácia em São Paulo. Aos poucos porém fui descobrindo que as farmácias paulistas daqueles tempos, ao contrário das do Rio de Janeiro, existiram em pequeno número e nem se localizavam nos arquivos brasileiros as cartas de exame dos boticários vindos para a terra dos bandeirantes.

Os arquivos do Reino foram a salvação do projeto e da pesquisadora, dando novo rumo e perspectivas ao estudo. As fontes, além de extremamente esparsas, distribuíram-se aleatoriamente em inusitados arquivos exigindo tratamento de especialista no manuseio da documentação, destreza que até então fugia ao meu *métier*. Muitas vezes, neste período, a farmacêutica precisou orientar a historiadora. A pesquisa então enveredou por novas searas: as "medicinas" destacaram-se. Neste entrecruzamento de trajetórias da medicina à farmácia, as plantas que curam passaram a nutrir o trabalho. Foi perseguindo-as principalmente nos manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa que vislumbrei o espetáculo proporcionado pela natureza brasílica

e o emaranhado e rico conjunto de plantas medicinais, existentes no império português de além-mar.

Esta documentação, juntamente com o relato de viajantes e colonizadores, recheou os dois primeiros capítulos da tese, tratando das plantas como o insumo, a matéria prima dos remédios setecentistas. Assim a natureza é recortada pela flora medicinal, pelas plantas que curam, os simplices medicinais. Plantas abordadas pelos viés da constituição das ciências farmacêuticas no século XVIII. A flora medicinal brasileira ocupou considerável espaço e atenção de viajantes, colonizadores e homens de negócios que para cá se deslocaram nos três primeiros séculos da colonização, porém despertou o interesse metropolitano em fins do Setecentos. A partir daí se organizaram os carregamentos dos espécimes brasílicos, as explorações naturais, os centros de estudo da natureza, como os jardins botânicos e os museus de história natural. Muitas plantas medicinais descobertas na América portuguesa constituíam-se

* Tese de doutorado defendida no Departamento de História - IFCH - UNICAMP.

de espécies e gêneros desconhecidos na Europa, que deram novas perspectivas à terapêutica da época, embora já fossem amplamente utilizadas pelos nativos da terra.

Homens sem escrita e sem deuses cristãos, os indígenas das terras do pau-brasil eram portadores dos saberes sobre plantas medicinais existentes. Conhecimento primitivo, desprovido de racionalidade, objetividade, método, cientificidade enfim, como aludiam os naturalistas, esses saberes norteavam as descobertas científicas dos homens das luzes. Os europeus encontraram aqui uma série de práticas que extrapolavam seu repertório cultural porém muito atentaram para os usos empíricos de espécies vegetais feito pelos ameríndios, aprendendo com esses seres estranhos e inferiores, como eles mesmo assinalavam.

As plantas dos brasis aguçaram o interesse da Coroa quando se tratou de substituir os ganhos do ouro pela rentabilidade de produtos agrícolas. Até então, houvera um diminuto interesse oficial pelas riquezas medicinais das terras coloniais americanas, ampliando em fins do século XVIII pela organização de instituições científicas, tais como a Universidade reformada de Coimbra, o Jardim Botânico da Ajuda e a Academia de Ciências de Lisboa.

As plantas medicinais conduziram-me então ao alvo principal: os boticários brasílicos. A criação então dos jardins botânicos e hortos medicinais tiveram como objetivos importantes torná-los destros no reconhecimento das plantas curativas. Assim dediquei o terceiro e quarto capítulos aos homens que tinham por incumbência oficial preparar os medicamentos no Brasil: os boticários, suas oficinas e medicinas secretas foram os temas abordados. A divisão processada na arte de curar, a invenção do boticário como ofício de segunda categoria e as vicissitudes enfrentadas por eles nas terras dos brasis estão tratadas no terceiro capítulo.

Abordei também as boticas como um espaço que não se reduzia ao preparo dos medicamentos, constituindo-se como lugar de “sociabilidades e rumores”. Embora muito mencionadas no século XIX como local de discussões políticas, são poucos os registros, no Setecentos, de eventos dessa natureza.

Através dos medicamentos secretos, últimos capítulo da tese, discuti “a subversão ao espírito das luzes” imperante na arte de curar as doenças. Fabricados principalmente por médicos setecentistas desde tempos idos, reis, cirurgiões, curandeiros, arvoravam-se em obter e/ou preparar “medicinas” e segredos medicamentosos. Esses remédios, cujas formulações não se revelavam, vinham na contra-mão do racional espírito científico que se tentava construir no século XVIII, mostrando como a arte de curar se mantinha pontuada de magia.

Rotulados como remédios mágicos, feitiços ou beberagens medicinais (SANTOS FILHO, 1991:135-8) tal qual muitos medicamentos de origem africana, os segredos encontram-se analisados partir da natureza de suas formulações e das crenças que suscitavam, indicando como ciência e magia conviviam no mesmo território das medicinas.

A medicina impõe-se como ciência entre nós somente em fins da primeira metade do século XIX. Até então ensaiaram-se tentativas de conformação de uma territorialidade médica buscando contorno e limites próprios que permitissem um reconhecimento singular a essa prática inserida no amplo leque das denominadas artes de curar. Artes que abarcavam um sem número de curadores, sempre na iminência de serem ampliados, uma vez que se considerasse a terapêutica fitoterápica empregada e a gama imensa de conhecimentos sobre plantas que curam – os remédios por excelência naqueles tempos, constituintes do legado cultural passado de geração à geração.

As histórias da medicina colonial têm sido escritas principalmente por médicos e analisadas pelo olhar que vê por dentro a prática de seus pares¹. São raros os trabalhos históricos cuja temática abarque as relações entre os médicos e os demais agentes de cura, compondo o todo instituinte da grande arte de curar no Setecentos (RIBEIRO, 1997).

Ademais, as fontes de pesquisa são compostas, principalmente, pelos códices e documentos oficiais que atendiam ao formato da administração metropolitana no Brasil. Nas correspondências avulsas encetadas entre metrópole e colônia enfatizava-se com frequência a falta de médicos, remédios, hospitais e o grande número de epidemias que grassavam. É possível identificar nos meandros desses documentos e naqueles não oficiais a presença de outros atores, isto se estivermos atentos e movidos a extrapolar as delimitações estabelecidas aos ofícios pelas sucessivas regulamentações portuguesas.

Reclamava-se da falta de médicos, mas convém colocar as seguintes questões: que setores populacionais ressentiam-se da escassez desses profissionais? A quem recorriam os indígenas, escravos e seus descendentes quando adoeciam? Buscavam eles o atendimento médico ou seriam os mandantes portugueses os que mais demandavam a arte curar dita erudita?

Propus então outro ponto de partida: o florescimento das demais artes de cura esteve intrinsecamente ligado às diferentes raízes culturais das populações aqui residentes. Não foi o reduzido número de médicos metropolitanos que estimulou ou proporcionou o desenvolvimento dessas práticas. A atuação de curadores considerados ilegítimos não era decorrência da falta de médicos formados mas sim relacionada às tradições culturais que, refletindo-se na arte de curar de negros e indígenas, abria espaço para que se disseminassem seus próprios

curadores e suas terapêuticas. Considerar a medicina lusitana oficial como saber único seria desvalorizar outros conhecimentos, à revelia da legitimidade popular que assinalavam, caindo nas malhas da medicina erudita exercida como arte toda poderosa capaz de curar as doenças, vulgarizando as demais práticas. Poder-se-ia ainda assinalar que tal procedimento historiográfico contribuiria para manter relegados e esquecidos saberes que são constituintes de áreas do conhecimento médico.

Se os médicos e os remédios europeus foram escassos para aplacar as doenças dos colonizadores, obrigando-os a fazer uso da arte dos demais curadores da terra, esses registros não permitem afirmar contudo que o desenvolvimento das demais terapêuticas foi decorrência dessa falta. Ademais, os colonizadores eram poucos no cômputo populacional para possibilitar o florescimento assinalado.

Assim, ao tratar os boticários como um dos agentes de cura naqueles tempos, não os perdi de vista como sendo curadores importados à colônia brasileira inseridos na grande arte curativa europeia, aqui chegados na companhia do colonizador para lhe prestar assistência baseada nos ditames portugueses. Não pretendi, no entanto, escrever essa história como apêndice da história da prática médica seguindo o mesmo percurso e a mesma lógica interna, impedindo a proliferação dos saberes que se encontrariam na base da constituição do que viria a se chamar farmacêutica. Lancei mão do seguinte argumento: os boticários valiam-se de todos os recursos, recorrendo à rica flora existente no país. Para utilizá-la buscaram os conhecimentos de todos aqueles que se dedicavam ao ofício de curar.

1. NASCIMENTO, 1915; NAVA, 1949; SANTOS FILHO, 1991; RIBEIRO, 1971; GOMES, 1974. FARINA, 1981; PRADO, s.d.; PEDROSA, 1951; CASTRO, 1951.

Dos mezinheiros aos pajés, passando por formulações desenvolvidas pelos jesuítas, todos os medicamentos objetivaram dar conta de aliviar os males que atingiam habitantes da Colônia. Os remédios de botica resultavam, em última instância, da aproximação das culturas presentes no Brasil.

Somando, ao interesse pelas nativas plantas curativas, o *status* dos boticários que tinham por função transformá-las em medicamentos, defendi a tese que os saberes sobre plantas que curam dos brasis encontram-se na constituição da ciência farmacêutica, tendo sido estas amplamente estudadas e disseminadas no mundo europeu.

RIBEIRO, Lourival. 1971. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: s.e..

RIBEIRO, Márcia M. 1997. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS FILHO, Lycurgo. 1991. *Historia geral da medicina brasileira*. São Paulo: Edusp.

Referências Bibliográficas

FARINA, D. C. 1981. *A medicina no planalto de Piratininga*. São Paulo: s.e..

GOMES, O. C. 1974. *História da medicina no Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto de História da Medicina.

INSTITUTO HISTÓRICO e Geográfico Brasileiro. 1951. *Anais da IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951 (no qual se encontram os trabalhos de: PEDROSA, M. X. V. "O espírito médico no Brasil colonial", "A medicina dos índios brasileiros" e "O exercício da medicina nos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII no Brasil colonial" e CASTRO, J. M. "A medicina do português, do índio e do negro no século XVI").

NASCIMENTO, Alfredo. 1915. "A medicina nos tempos coloniais do Brasil". *Revista Siniátrica*. Ano VIII, n. 2, fev. 1915.

NAVA, Pedro. 1949. *Capítulos da medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: s.e..

PRADO, A. de Almeida. *Quatro séculos de medicina na cidade de São Paulo*. s.e., s.d.